



TURISMO EM COLÔNIAS DE IMIGRANTES JAPONESES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: UM OLHAR A PARTIR DOS TERRITÓRIOS DE ÁLVARES MACHADO/SP E TERENOS/MS

Ricardo Nobuyuki da Rosa Yokoo¹ - Orcid:<https://orcid.org/0009-0000-1929-1643>

Milton Augusto Pasquotto Mariani² - Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-9485-0150>

Dyego de Oliveira Arruda³ - Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-9514-284X>

Mauro José Ferreira Cury⁴ - Orcid:<https://orcid.org/0000-0003-3237-5045>

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil¹

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, Brasil²

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil³

⁴ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, PR, Brasil⁴

Artigo recebido em 29/10/2023 e aceito em 14/12/2023

RESUMO

O presente artigo objetiva compreender, no âmbito das comunidades de colonos japoneses, como as etnicidades se constituem e de que maneira elas podem se desdobrar em potencialidades para o turismo no espaço rural nos territórios de Álvares Machado e Terenos, nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, respectivamente. Tais territórios foram selecionados para este estudo em função de serem considerados centrais nos percursos da imigração japonesa no Brasil. Em termos metodológicos, utilizamos princípios da Investigação Ação Participativa (IAP), de Orlando Fals Borda (2009), que nos possibilitou compreender, de maneira implicada e aprofundada, aspectos das memórias, trajetórias e experiências partilhadas pelos membros das comunidades e que caracterizam estes sujeitos como um grupo com etnicidades específicas que, idealmente, podem se constituir enquanto potencialidades para a difusão do turismo em seus territórios. Em linhas gerais, percebemos, na medida em que o estudo foi se constituindo, que as etnicidades estão presentes, nas colônias japonesas de Álvares Machado e Terenos, a partir de elementos da gastronomia, da

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: ricardoyokoo@yahoo.com

² Doutor em Geografia Humana pela USP e Professor Titular vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) e Estudos Fronteiriços (PPGEF) da UFMS, Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: miltmari@terra.com.br

³ Doutor em Administração de Organizações pela USP e Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do Cefet/RJ e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) da UFRJ, Valença e Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: dyego.arruda@gmail.com

⁴ Doutor em Geografia pela UFPR e Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF) da UNIOESTE, Foz do Iguaçu, PR, Brasil. E-mail: maurojfc@gmail.com

linguagem, dos costumes e mesmo das festividades tradicionais. Tais elementos étnicos, que são importantes para manter a coesão da comunidade, ainda não se desdobram, atualmente, enquanto atrativos turísticos nos territórios. De toda maneira, ficou evidente ao longo da pesquisa que as etnicidades podem se constituir enquanto potencialidades turísticas das comunidades de colonos japoneses de Álvares Machado e Terenos, carecendo, porém, de um maior envolvimento da comunidade para que essa potencialidade turística idealmente se concretize em breve nos territórios estudados.

Palavras-chave: turismo; espaço rural; etnicidades; imigração japonesa; desenvolvimento local.

TOURISM IN COLONIES OF JAPANESE IMMIGRANTS IN THE BRAZILIAN RURAL SPACE: A VIEW FROM THE TERRITORIES OF ÁLVARES MACHADO/SP AND TERENOS/MS

ABSTRACT

This article aims to understand, within the scope of communities of Japanese settlers, how ethnicities are constituted and how they can unfold in potentialities for tourism in rural areas in the territories of Álvares Machado and Terenos, in the States of São Paulo and Mato Grosso do Sul, respectively. Such territories were selected for this study because they are central to the paths of Japanese immigration to Brazil. In methodological terms, we used principles of Participatory Action Research (PAR), by Orlando Fals Borda (2009), which enabled us to understand, in an implied and in-depth way, aspects of the memories, trajectories and experiences shared by the members of the communities and that characterize these subjects as a group with specific ethnicities that, ideally, can be constituted as potential for the dissemination of tourism. In general terms, as this study progressed, we realized that ethnicities are present in the Japanese colonies of Álvares Machado and Terenos based on elements of gastronomy, language, customs and traditional festivities. Such ethnic elements, which are important to maintain the cohesion of the community, still do not unfold, currently, as tourist attractions in the territories. In any case, it became evident throughout the research that ethnicities can be constituted as tourist potential of the communities of Japanese settlers of Álvares Machado and Terenos, lacking, however, a greater involvement of the community so that this tourist potential materializes soon in the territories studied.

Keywords: tourism; rural space; ethnicities; Japanese immigration; local development.

TURISMO EN COLONIAS DE INMIGRANTES JAPONESES EN EL ESPACIO RURAL BRASILEÑO: UNA MIRADA DESDE LOS TERRITORIOS DE ÁLVARES MACHADO/SP Y TERENOS/MS

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender, en el ámbito de las comunidades de colonos japoneses, cómo se constituyen las etnicidades y cómo pueden desplegarse en potencialidades para el turismo en las zonas rurales de los territorios de Álvares Machado y Terenos, en los Estados de São Paulo y Mato Grosso do Sul, respectivamente. Dichos territorios fueron seleccionados para este estudio porque son centrales en las rutas de inmigración japonesa a Brasil. En términos metodológicos, utilizamos principios de la Investigación Acción Participativa (IAP), de Orlando Fals Borda (2009), que nos permitieron comprender, de manera implicada y profunda, aspectos de las memorias, trayectorias y experiencias compartidas por los integrantes de las comunidades y que caracterizan a estos sujetos como un grupo con etnicidades específicas que,

idealmente, pueden constituirse como potencial para la difusión del turismo. En términos generales, conforme avanzó el estudio, nos dimos cuenta de que las etnicidades están presentes en las colonias japonesas de Álvares Machado y Terenos, a partir de elementos de la gastronomía, lengua, costumbres y festividades tradicionales. Dichos elementos étnicos, importantes para mantener la cohesión de la comunidad, aún no se despliegan, en la actualidad, como atractivos turísticos en los territorios. En todo caso, se evidenció a lo largo de la investigación que las etnicidades pueden constituirse como potencialidades turísticas de las comunidades de colonos japoneses de Álvares Machado y Terenos, faltándose, sin embargo, un mayor involucramiento de la comunidad para que este potencial turístico idealmente se materialice pronto en los territorios estudiados.

Palabras clave: turismo; espacio rural; etnicidades; inmigración japonesa; desarrollo local.

INTRODUÇÃO

O processo histórico de constituição do espaço rural brasileiro, desde a colonização, tem no século XIX um conjunto de significativas mudanças em razão da paulatina substituição do trabalho forçado, de pessoas negras e indígenas até então escravizadas, pela mão de obra imigrante e assalariada. A inclusão dos imigrantes na estrutura produtiva do contexto rural brasileiro foi uma forma de manter os privilégios da elite econômica rural ao adotar novas formas de uso força de trabalho, condizentes com o anseio dessas mesmas elites em ampliar os seus lucros e as suas posições de poder.

Os imigrantes, majoritariamente europeus no contexto do século XIX e japoneses, já no curso do século XX, se dirigiram ao Brasil para se tornarem mão de obra principalmente nas fazendas de café, e acabaram se estabelecendo nas áreas rurais e, em alguns casos, se tornando produtores independentes. Essa nova população em território brasileiro rapidamente se viu desafiada a buscar respostas para sua subsistência diante das pressões trazidas pelas transformações pelas quais passava a economia brasileira. Nesse conjunto de transformações, é importante sublinhar a Revolução Verde, que implicou na incorporação de inovações tecnológicas na produção de bens e serviços nos espaços rurais.

Ao analisarmos, com crítica e profundidade, a constituição do espaço rural brasileiro, é imprescindível que consideremos o contexto da massiva utilização de mão de obra escravizada de origem africana, e o posterior incentivo à imigração de estrangeiros, como alemães, italianos, japoneses e sírio-libaneses. Ocorreu um processo de substituição de mão de obra escravizada, aliado a uma tentativa – eminentemente racista, vale dizer – de embranquecimento e “civilização” da população brasileira por meio da imigração européia e japonesa, que não raro se voltava também à ocupação de territórios ainda pouco habitados, em especial no Centro-Oeste do Brasil. O governo

brasileiro incentivou massivamente a vinda desses estrangeiros, por vezes com oferecimento de terras. Em outros casos, alguns países, a exemplo do próprio Japão, adotavam políticas de emigração, oferecendo financiamentos e acesso a terras em território brasileiro (OLIVEIRA, 2001; GOMES, 2007; GREGORY, 2007; KODAMA, 2007).

Os imigrantes japoneses faziam parte de um plano governamental brasileiro⁵ que buscava mão de obra, bem como de planos do governo japonês, que oferecia incentivos para emigração, buscando, entre outras coisas, expandir suas relações comerciais e diplomáticas mundo afora. Após anos de contrato de trabalho nas atividades, principalmente em áreas rurais, do território brasileiro, os imigrantes japoneses passaram a trabalhar de forma independente, podendo comprar terras, e se reunindo em colônias em busca de cooperação e confraternização (INOUE, 2015; KODAMA, 2007).

Desde a chegada em território brasileiro, percebeu-se um esforço por parte dos imigrantes nipônicos em cultivar suas características identitárias, tais como o idioma, preservando atributos que os identificavam como japoneses. Essas características foram fundamentais na formação das colônias na área rural, que possuíam escolas japonesas como seu núcleo. Eram nessas escolas que se ensinavam rotinas e crenças para toda a comunidade, que mantinham o grupo unido e coeso. Os atributos étnicos adotados e (re)produzidos por essas comunidades, em paralelo à sua relação de formação enquanto colônias rurais, acabaram por garantir a manutenção de diferenciação e até mesmo de certo exotismo a esse grupo de imigrantes nipônicos. Além disso, tais atributos foram ainda fundamentais para estabelecer a fronteira étnica entre os que fazem e os que não fazem parte do grupo de imigrantes colonos japoneses – fronteira étnica essa que sempre foi muito marcada e evidente na configuração desses grupamentos de indivíduos.

A identificação étnica é relevante ainda hoje em comunidades – tais como as de imigrantes e colonos japoneses – que lutam para preservar sua história, ao passo em que buscam a geração de benefícios econômicos sem abrir mão de permanecer em suas terras, com suas tradições e manifestações identitárias particulares. Nota-se que para além da atividade agrícola desenvolvida em estrita observância com as tradições culturais partilhadas pelas comunidades, há ainda um

⁵ Vide Lei de Terras (Lei nº. 601/1850), que estabeleceu normas que abrangiam a posse de terras por nacionais e estrangeiros e a criação de colônias de imigrantes. Houve também a Lei nº. 514/1848, que definiu terras voltadas exclusivamente para colonização, sendo explícita a impossibilidade de serem destinadas a pessoas escravizadas. E, por fim, o Decreto nº. 3.784/1867, que normatizou a concessão de incentivos financeiros aos colonos e o Decreto nº. 528/1890 (Lei Glicério), que regularizou um programa nacional de imigração.

desejo gestado pelos indivíduos em diversificar as atividades produtivas e geradoras de rendas econômicas, em um arranjo de coisas em que o turismo surge como um campo de possibilidades promissor e potente para a amplificação dos ganhos – sobretudo econômicos – dessas comunidades (MANFIO, 2021).

Em linhas gerais, o turismo em territórios rurais ocupados por comunidades de imigrantes – a exemplo dos japoneses – pode se desdobrar nos seguintes benefícios (CARVALHO, 2013; JAMSHIDI et al., 2017): (i) oportunidade de comercialização dos produtos agrícolas diretamente aos visitantes, eliminando a figura dos intermediários das cadeias de produção de alimentos; (ii) desenvolvimento de atividades ligadas à hospedagem, alimentação, além das práticas de contemplação e turismo de aventura nos próprios territórios das comunidades, quando cercados de ativos naturais de relevante beleza cênica; (iii) incentivo para que as próprias comunidades percebam a riqueza de sua cultura e dos territórios em que residem, desestimulando processos de êxodo rural, sobretudo das pessoas mais jovens e; (iv) estímulos para a difusão de comportamentos e atitudes mais sustentáveis, principalmente em função da importância dos recursos naturais para o desenvolvimento de práticas turísticas em espaços rurais.

De toda maneira, Herrera, Hernández e Herrera (2019) sublinham a importância de que o turismo em comunidades específicas – a exemplo das comunidades de imigrantes japoneses – seja elaborado e implementado de maneira planejada, em um contexto em que a própria comunidade seja partícipe de todos os ônus e bônus advindos do turismo. Além disso, em comunidades específicas, é essencial que o turismo esteja em consonância com o pleno respeito e manutenção das manifestações que estejam alinhadas aos traços culturais e étnicos dessas comunidades, sob pena de a atividade turística, ao invés de catalisar processos de desenvolvimento e emancipação dessas comunidades, acabar se desdobrando, na prática, em uma força que irá precarizar e descaracterizar o território e seus elementos culturais e étnicos constitutivos (BASTOS, 2020).

Portanto, tendo como pano de fundo os aspectos sumarizados acima, o presente artigo parte do seguinte problema de pesquisa: como o histórico de imigração e estabelecimento dos japoneses e de seus descendentes na área rural brasileira pode ser visto como fator de construção de etnicidade e como catalizador, particularmente, da atividade turística nas colônias rurais construídas por esses indivíduos?

Em termos metodológicos, este artigo irá se inspirar em princípios da Investigação Ação Participativa (IAP) de Orlando Fals Borda (2009), um método mediado pela práxis, vinculando

ativamente o pesquisador à realidade pesquisada. Nessa perspectiva, consideramos que o saber acadêmico não é absoluto e nem deve se esgotar em si mesmo. Além disso, a IAP parte da lógica de que é necessária uma visão transdisciplinar para permitir transformações sociais que devem ser construídas de forma experimental, aplicada, significativa e rigorosa metodologicamente, pois o objetivo de tal método é a produção de conhecimento relevante para a prática social e política (BRINGEL e MALDONADO, 2016; STRECK, 2014; FALS-BORDA, 2009).

A IAP, em suma, pressupõe a inserção do pesquisador no processo social e sua identificação e compromisso com os grupos estudados. Por ser a IAP um paradigma de pesquisa eminentemente implicado, nós, enquanto pesquisadores e autores deste manuscrito, estaremos a todo momento implicados e imersos, de diversas maneiras, nas análises e reflexões do artigo. Essa imersão, vale dizer, é especialmente profunda para o primeiro autor deste artigo, que possui origem japonesa e encontra-se, a todo momento, em posição de alteridade em relação aos grupos participantes da presente pesquisa.

Inicialmente, tomaremos então a liberdade de apresentar, nominalmente, o primeiro autor do manuscrito: Ricardo Nobuyuki da Rosa Yokoo, que é filho de pai *sansei* (neto de japoneses) com mãe brasileira, daí esse nome, de certa forma, híbrido. É comum que descendentes de japoneses ganhem nomes compostos, sendo um nome brasileiro (Ricardo) e um nome japonês (Nobuyuki), por haver a possibilidade ou esperança de que um dia esse indivíduo vá para o Japão e tenha um nome japonês para se (re)integrar com maior facilidade. Nobuyuki se trata de um nome comum no Japão. O sobrenome japonês do Ricardo é Yokoo, uma família da região de Hiroshima de onde seu bisavô emigrou para o Brasil em 1914.

A família Yokoo se estabeleceu na cidade de Álvares Machado, no Estado de São Paulo, onde fez parte do grupo de colonos japoneses que ali se instalaram como pequenos produtores rurais. Nos anos 1970 o avô do Ricardo se muda para Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, onde trabalhou com hortifrutis e estabeleceu relações comerciais e pessoais com membros das comunidades japonesas da região, entre as quais os colonos japoneses de Terenos, cidade distante 30 quilômetros da capital sul-mato-grossense. O avô do Ricardo e seus respectivos familiares foram alguns dos muitos que, mesmo contra sua vontade, deixaram a área rural para buscar melhores condições de vida nas cidades.

Dessa maneira, as memórias, experiências e trajetórias da família Yokoo e de tantas outras famílias de imigrantes japoneses que se estabeleceram em colônias rurais e em outros espaços no

Brasil são reveladoras das partilhas e trânsitos, em território brasileiro, desses grupos, que desenvolveram estratégias para a preservação de sua cultura e de seus traços étnicos, ao mesmo tempo em que estabeleceram relações sociais entre si, produziram, tentaram fixar morada permanente no campo (no caso dos colonos japoneses), não raro vislumbrando outras atividades – tais como o turismo no espaço rural – com potencial de contribuir para a preservação dos modos de vida e ampliação da renda desses sujeitos.

Portanto, partindo do problema de pesquisa e da contextualização brevemente sumarizada nos parágrafos anteriores, este artigo tem como objetivo compreender, no âmbito das comunidades de colonos japoneses, como as etnicidades se constituem e de que maneira elas podem se desdobrar em potencialidades para o turismo no espaço rural nos territórios de Álvares Machado e Terenos, nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Os grupos e territórios estudados

Esta investigação, em linhas gerais, se deu com dois grupos, em dois territórios distintos. O primeiro deles foi o de descendentes de japoneses que formaram a colônia japonesa de Álvares Machado, cidade localizada na porção oeste do Estado de São Paulo, muito próxima de Presidente Prudente e distante mais de 500 quilômetros da cidade de São Paulo. Já o segundo grupo foi composto pelos membros da colônia japonesa de Terenos, município que fica em um raio muito próximo de influência da cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

O município de Álvares Machado fez parte da área de expansão cafeeira no Oeste Paulista, com seu desenvolvimento econômico atrelado à expansão do cultivo do café, à construção da estrada de ferro para seu escoamento e ao trabalho de imigrantes, entre eles japoneses, para essa expansão. No território ocorreu a formação da colônia japonesa a partir de 1916, com a venda de lotes para os imigrantes. Os colonos já estavam no Brasil, em sua maioria, e utilizaram de reservas de dinheiro para adquirir terras na região, que segundo relatos, era muito fértil, permitindo plantação de alimentos como nabo e arroz para consumo da família, além de outras culturas para venda, como algodão, café e amendoim. A criação e expansão da colônia deu origem ao núcleo urbano de Álvares Machado (TAKENAKA, 2003).

Os imigrantes japoneses, conforme sublinhamos brevemente ao longo da introdução deste artigo, chegavam ao Brasil com a expectativa de voltar ao Japão, promovendo a educação de seus filhos com vistas a este retorno. Por esta razão foram criadas associações culturais, esportivas e

agrícolas buscando preservar a cultura e tradição japonesa entre seus descendentes. No caso de Álvares Machado, as primeiras associações começaram a se organizar na cidade já em 1919 (SILVA, 2010).

A colonização japonesa marcou a formação econômica e social do município de Álvares Machado, com a constituição de diversas pequenas propriedades em dinâmica de policultura e produção familiar. Essa dinâmica se alterou a partir da década de 1970 com a expansão da área de pastagens e aumento de utilização de mão de obra contratada, substituindo os trabalhadores da própria família. Os pequenos produtores passaram a migrar para a área urbana frente às dificuldades econômicas encontradas na produção rural (MIRALHA e HESPANHOL, 2002; HASEGAWA e MENEZES, 2016). Parte da comunidade japonesa que acabou permanecendo na área rural buscou diversificação em sua produção, especialmente com uma maior diversidade estratégica de hortifrutigranjeiros para atender a demanda das cidades que cresciam na região (SILVA, 2010).

No que tange ao segundo grupo considerado neste estudo, é importante sublinhar que a área rural da cidade de Terenos, no Mato Grosso do Sul, foi local de colonização ao longo do século XX: i) primeiramente nos anos 1920 com a formação da Colônia Agrícola de Terenos constituída por imigrantes europeus, majoritariamente alemães, iniciada com o governo cedendo áreas à empresa alemã H. Hacker & Cia; ii) em 1959 com a Fazenda Várzea Alegre recebendo imigrantes japoneses; iii) e nos anos 1980 e 1990 com programas de assentamentos promovidos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e pelo Banco da Terra (SANCHES, 2013).

A imigração japonesa para Terenos ocorreu a partir de 1959 sob responsabilidade da JICA (*Japan International Cooperation Agency*), JEMIS (*Japan Emigration Service*) e JAMIC (*Japan Managemant Imigration Company*), empresas financiadas e/ou operadas pelo governo japonês. A JAMIC foi responsável por adquirir as terras em Terenos e financiá-las para os colonos japoneses, daí a identificação até hoje da área como Colônia JAMIC de Terenos. Devido a características naturais, parte das terras ocupadas na Fazenda Várzea Alegre apresentava baixa produtividade na agricultura, o que fez com que várias famílias desistissem e retornassem ao seu país de origem, enquanto outras buscaram possibilidades de geração de renda, contexto em que surge a avicultura de postura como principal atividade econômica, formando assim a Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre (CAMVA) (KUROKAWA; LIMA; ALVES, 2002; SANCHES, 2013, SANCHES e MARQUES, 2013).

Estes dois exemplos de colonização se dão em formatos e datas muito diferentes. A colônia de Álvares Machado surge de um esforço empreendedor de um imigrante japonês que faz o loteamento e venda de terras na região focando em japoneses que já viviam no Brasil. Por outro lado, a imigração de Terenos se dá após a II Guerra Mundial, com estruturação e apoio do governo japonês, com os imigrantes chegando para construir sua vida em terras brasileiras, diferentemente do que ocorreu em Álvares Machado, onde os japoneses se vieram, inicialmente, em situação provisória.

Portanto, em função das particularidades desses dois contextos, entendemos que eles podem proporcionar perspectivas e reflexões muito potentes, razão pela qual os grupamentos de colonos japoneses dos dois territórios – Álvares Machado/SP e Terenos/MS – foram considerados para este estudo. Vale ainda sublinhar que ambos os territórios atravessam a história da família Yokoo, do primeiro autor do artigo, cujo avô se estabeleceu originalmente em Álvares Machado e depois emigrou para Campo Grande, cidade em que o referido autor reside até hoje. Assim, em consonância com a perspectiva da Investigação Ação Participativa (IAP) de Fals Borda (2009), não há como negar que os atravessamentos de ambos os territórios nas memórias familiares e experiências de um dos autores tenha feito com que nós voltássemos nossas atenções para a compreensão das relações que se desdobram nesses contextos.

Em encontros preliminares com moradores de ambas as localidades (Álvares Machado e Terenos) foi manifestado o interesse em diversificar os meios de geração de renda nos respectivos territórios. A colônia de Terenos, em específico, promove anualmente a Festa do Ovo, mas não possui atualmente atividades turísticas em funcionamento. Há dúvidas sobre quais seriam os possíveis atrativos para uma área rural tal como a da Colônia JAMIC, ao passo que identificam, por exemplo, a antiga Estação Ferroviária Pedro Celestino como de relevância e interesse histórico e cultural. A estação situa-se na área da colônia em Terenos e foi o local em que desembarcaram os imigrantes japoneses no território.

Não obstante, a proposta em debate de atualização do Plano Diretor do Município de Álvares Machado aponta como bens culturais a serem preservados: Complexo Ferroviário da antiga Estrada de Ferro Sorocabana, Museu Monsenhor Nakamura, Templo Budista Koboji, Templo Budista Anakuji e Estádio de Futebol do Paulista Clube. Portanto, com exceção do estádio, todos os demais bens culturais são intimamente ligados à comunidade japonesa no território, numa dinâmica

em que a influência japonesa na localidade pode ser determinante para a potencial difusão de práticas turísticas no território.

Aspectos teórico-analíticos: em tela, os debates sobre etnicidade e a presença japonesa no Brasil

O estabelecimento dos imigrantes japoneses nas áreas rurais, formando colônias de pequenos produtores, inclui esses sujeitos no contexto das condições de produção rural que se estabeleceram para todo espaço agrícola brasileiro. As mudanças e desafios enfrentados ao longo do século XX e início do século XXI são apresentados também para esta comunidade, com alterações climáticas, mecanização, novas formas de organização e comercialização de seus produtos.

O crescimento das atividades não agrícolas no campo indica o avanço da economia urbana, o que incentiva novas ocupações para a população rural. A proximidade da área rural das cidades especialmente com a maior facilidade nos transportes; o desenvolvimento de telecomunicações, diminuindo as distâncias; as características demográficas com o aumento do tamanho das famílias, com os membros mais jovens buscando renda em atividades não agrícolas como resposta ao contexto de incerteza e fragilidade econômica são fatores relevantes na busca de alternativas de renda. Entre estas alternativas, Meraner, Pölling e Finger (2018) apontam formas de diversificação das atividades econômicas no meio rural, destacando o turismo (SALES e RODRIGUES, 2019; WERLANG e MENDES, 2017).

A busca do objeto turístico como algo atípico, que beira o exótico, permite que comunidades se identifiquem com essa possibilidade, buscando e fortalecendo sua etnicidade para se promoverem no mercado turístico. As etnicidades, neste caso, se expressam com as comunidades apresentando sua cultura diante do mundo globalizado padronizado e anônimo, se conectando com o turista que busca autenticidade (CORIOLANO, 2006; GRUNEWALD, 2003; FLANIGAN; BLACKSTOC; HUNTER, 2014; PAKMAN, 2014).

A globalização pode criar uma homogeneização, por representar grande fluxo migratório, de informações e de símbolos. A diversidade, contudo, se destaca neste contexto com o choque étnico, cultural e religioso. A partir desta dinamicidade de trocas ocorrem processos transitórios de identificação, o que pode resultar no surgimento de identidades novas e transculturais (RODRIGUES, 2021).

Identidade é o modo de ver elementos comuns no interior de um grupo social, possibilitando ver o outro como diferente a partir da concepção e afirmação de si mesmo. A identidade se articula

com o discurso e com a prática, ao se expressar por meio da história, que pode ser contada valorizando ou silenciando determinados pontos, produzindo continuidades. A identidade é, portanto, construída e representada como forma de manifestação material (artefatos) ou imaterial (valores, ideias, representações), para dar sentido ao mundo (LIMA et al., 2021; LIMA, 2015).

A construção da identidade é um processo individual e social, e ocorre em um contexto de relações de poder econômico, social e simbólico, alicerçados em critérios de pertença dos indivíduos ao grupo e critérios operacionais que caracterizam e expressam a identidade do grupo (RODRIGUES, 2021). A identidade se mostra nas representações sociais, com utilização, repetição e criação de elementos que (re)produzam uma identidade. Os papéis exercidos pelos membros de um grupo sofrem interferência da identidade, uma vez que o grupo se relaciona com os demais a partir da forma como vê a si mesmo como diferente dos demais grupos (LIMA et al., 2021).

A identidade do grupo é um passo para se entender a identidade étnica que parte, segundo Donizete Rodrigues (2021), da identidade coletiva, que permite que um determinado grupo sacrifique diferenças individuais em busca de uma coesão e unidade coletiva. A identidade étnica perpassa, por sua vez, a própria ideia de etnia que se sustenta em características linguísticas, religiosas, unidade territorial (ainda que relativa), tradição mítico-histórica, organização do espaço e sentimento de pertença.

[...] a identidade étnica e a etnicidade não são a simples expressão de uma cultura. Esses constructos sociais implicam sempre um processo de seleção de características culturais que os atores sociais se apropriam para utilizar como critérios de identificação a um grupo étnico-racial específico (RODRIGUES, 2021, p.199).

A compreensão do processo de seleção de características tem em Barth (2000, p. 25) a ideia de cultura como “uma maneira de descrever o comportamento humano”. A partir dela “há grupos delimitados de pessoas, ou seja, unidades étnicas que correspondem a cada cultura” (BARTH, 2000, p. 25).

Ainda nas palavras de Barth (2000, p. 27) grupos étnicos são “categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; conseqüentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas”. Além disso, o autor entende que “[...] os grupos étnicos só se mantêm como unidades significativas se acarretam diferenças marcantes no comportamento, ou seja, diferenças culturais persistentes” (BARTH, 2000, p. 34-35).

Um grupo étnico aplica sua etnicidade enquanto interage com outros grupos. A etnicidade pode ser entendida a partir de uma abordagem oposicional, na qual se constitui como produto da oposição na interação de grupos diferentes. A etnicidade é, portanto, uma forma de interação social e de dicotomização contínua. Em um mundo globalizado, grupos étnicos minorizados reforçam a oposição como forma de resistência na busca de integridade cultural-identitária presente e futura (RODRIGUES, 2021).

Os grupos estabelecem fronteiras, conforme aponta Barth (2000), uma vez que a manutenção das diferenças culturais não pode ser fruto de um distanciamento e isolamento geográfico e social, posto que as fronteiras étnicas permanecem apesar do contato e constante fluxo de pessoas por esta fronteira. Outra questão fundamental do pensamento do referido autor é que mesmo com a invasão destas fronteiras, relações sociais estáveis são alicerçadas na dicotomia étnica existente entre os indivíduos. Sendo assim, a distinção étnica não é ameaçada pela interação social, esta distinção pode até mesmo ser a base desta interação.

Os traços culturais que marcam as fronteiras entre os grupos sofrem transformações ao longo do tempo, sem que causem perda do significado dos elos que ligam seus membros. Isto posto, não é a manutenção de uma cultura que garante a continuidade do grupo, mas sim a manutenção das fronteiras entre os grupos (PALMEIRA, 2015).

A atribuição é, portanto, uma característica fundamental que permite uma continuidade na dicotomia membros e não-membros com uma delimitação clara da fronteira entre os grupos. Logo, permite que o pertencimento seja um atributo relevante superior às diferenças objetivas. Não é o conteúdo cultural, mas sim a fronteira étnica que define o grupo de forma clara (BARTH, 2000). A fronteira é o limite da relação do ‘nós *versus* eles’, dos membros e não-membros, onde os critérios de pertença e as regras de interação social são colocados em prática, fortalecendo os laços internos entre membros do grupo (PALMEIRA, 2015).

Para Manuela Carneiro da Cunha (2009) a etnicidade se dá a partir da seleção da tradição cultural que permita sinalizar sua diferenciação. Há, portanto, um acervo cultural que não é preservado como um todo, mas do qual são selecionados atributos que sinalizam a filiação a determinado grupo. Essa seleção ocorre em função do contexto em que se inserem, pois depende dos fatores comparáveis entre grupos. Ao tratar empiricamente de descendentes de brasileiros iorubanos na Nigéria, sua identidade brasileira foi mantida seguindo critérios que podem ser vistos sob uma ótica objetiva: permaneceram utilizando nomes de seus ancestrais, celebravam festas

típicas, preservação da culinária e utilização do idioma tradicional (CARNEIRO DA CUNHA, 2009).

A falta de objetividade de Barth é crítica central de Villar (2004), pois sua ausência permite que a etnicidade seja negociada de acordo com a interação social do momento. Empiricamente se sabe que grupos étnicos mantêm sua etnicidade, ainda que resulte em prejuízos sociais ou econômicos, uma vez que sua expressão pode representar um *status* social inferior, sem que isso resulte no seu abandono. Portanto, a escolha não é meramente racional, passando por questões afetivas e por tradições.

Stuart Hall (2016), por seu turno, possui visão crítica ao pensamento barthiano por entender que a dinamicidade e o surgimento de novas etnicidades não são um simples reordenamento em razão a uma problemática, mas de fato ocorrem como resposta política às questões do mundo, especialmente na busca de seu prisma pós-colonial (BORDA, 2015). A relação dos povos com seu passado é fruto da descoberta de sua etnicidade, o que envolve compreender e reavaliar tradições e expressões culturais. A identidade está na capacidade de “aprender a contar a si mesmo a história de seu passado” (HALL, 2016, p.326).

Para Lapierre (1998, p. 13), Barth negligencia traços culturais diferenciadores de uma memória coletiva comum que é transmitida continuamente por gerações “transformando determinados fatos e determinados personagens lendários, por meio de um trabalho do imaginário social, em símbolos significativos da identidade étnica”, o que determina que a etnicidade tem orientação ao passado a partir de símbolos que sustentem a memória coletiva e criem um caráter de pertencimento.

Apesar dessa orientação ao passado, os grupos étnicos se organizam de forma a responder a condições contemporâneas, não sendo ‘vestígios de organizações passadas’. As comunidades étnicas são organizações políticas e econômicas eficientes para ‘resistência e conquista de espaços’. Manuela Carneiro da Cunha (2009) ressalta que a etnicidade se difere de outras formas de definição de grupos pois se assenta em origem e cultura comuns, em que a etnicidade é categoria nativa e relevante.

Apesar da capacidade de adaptação e leitura de ambientes e contextos, diversas camadas da etnicidade não são alienáveis ao bel prazer do indivíduo, uma vez que a própria cosmovisão e características fenotípicas não podem ser selecionadas conforme a situação. O que, por outro lado, não descredita completamente a ideia de fronteira étnica, auto atribuição e atribuição pelos outros

trazidas por Barth e especialmente sua abordagem ao tratar a identidade étnica de forma dinâmica. A definição de critérios de identificação passa tanto por questões funcionais de organização política, quanto por memória coletiva e pertencimento.

A identidade nacional japonesa é pautada na ideia de fronteira étnica. Há o chamado *nihonjiron* (teorias da japonicidade), que diz respeito a discussões sobre os japoneses enquanto grupo étnico, e entende a identidade japonesa como singular e exclusiva, se pautando em seu antagonismo ao Ocidente. Tal identidade nacional ignora relação com vizinhos asiáticos e mesmo diferenças históricas internas e se sustenta em ideias de homogeneidade, orientação grupal, exclusividade e harmonia frente aos valores e costumes ocidentais (SASAKI, 2011).

Junto ao *nihonjiron*, há *nihon-rashisa* (peculiaridades típicas japonesas), *nihonshakairon* (teorias sobre a sociedade japonesa), *nihonbunkaron* (teorias sobre a cultura japonesa) e o *nihon-teki* (estilo japonês), que permeiam a existência do grupo e que permitem aos japoneses que se auto-atribuam características de singularidade, harmonia, ‘pureza racial’ e a-historicidade. Estes critérios consideram a sociedade japonesa como única e descredita qualquer interseção cultural com outros povos (SASAKI, 2011; LIMA, 2012).

Os japoneses estabelecem atributos para se identificarem entre ‘os seus’ e para guiar as relações que possuem com ‘os outros’. Se trata de processo de seleção de critérios e de auto-atribuição do que é significativo para alguém se tornar japonês. Tais critérios e características são passados geração após geração. Mesmo após décadas de emigração, diversos traços da cultura japonesa resistem em seus descendentes, o que Lima (2012) define como uma justaposição de duas culturas no caso dos *nikkeis* (descendentes de japoneses nascidos fora do Japão). Paula Sayuri Yanagiwara (2018), por sua vez, entende que os nipo-brasileiros enfrentam desafios por não serem/se sentirem pertencentes de forma plena na sociedade brasileira, com ligação de ancestralidade, de origem e emocional ao Japão, expressando sua subjetividade intimamente conectados a características japonesas aplicadas no Brasil.

Os primeiros japoneses a aportarem em território brasileiro carregavam, além dos sonhos de melhoria de vida e possibilidade de ajudar os entes queridos que permaneceram no oriente, a responsabilidade de representar o Império japonês trabalhando com afínco e dedicação, honrando o Japão. Os japoneses do início do século XX acreditavam em sua – suposta – superioridade racial e cultural, glorificando o passado vitorioso de seu povo e a imagem do imperador, com homogeneidade cultural e de idioma. A imigração tardia dos japoneses em relação aos imigrantes

européus apresentou, ainda, o choque da diferença de inclusão social entre eles. Os japoneses buscaram viver em comunidades como se ainda estivessem em seu país de origem, acreditavam que para lá voltariam, ensinavam seus filhos o idioma e costumes tradicionais, com a distância de suas colônias dos centros urbanos aumentando seu isolamento (OLIVEIRA e YURA, 2019).

No interior dessas colônias os imigrantes se chamavam de *nihonjin* (japoneses) e chamavam os brasileiros ou imigrantes de outras nacionalidades de *gaijin* (estrangeiros). Os imigrantes tinham a sensação de voltarem ao Japão quando adentravam nas colônias (INOUE, 2013). Dessa forma, buscavam manter seu idioma, costumes religiosos, hábitos alimentares, inclusive com a criação de escolas japonesas. Essas escolas ofereciam educação formal e de valores japoneses às crianças nascidas no Brasil, sendo o local em que as crianças ‘se tornavam japoneses’, onde se ensinava o espírito japonês (*Yamato damashii*) e o culto ao imperador. Com o passar do tempo, e especialmente a chegada de novas gerações que nem conheciam a pátria de seus pais, essas famílias de imigrantes já não viam mais como uma única opção o retorno a um Japão devastado pela guerra após 1945. Ocorre um processo crescente de integração que passa pela miscigenação, gerando a construção de uma nova identidade (OLIVEIRA e YURA, 2019).

As comunidades japonesas Brasil afora permanecem se expressando, por exemplo, com sua gastronomia, idioma e com festividades como *Undokai*, *Matsuri*, *Bon Odori* e *Shokonsai*, que não são apenas aceitas pela comunidade não nipo-descendente, mas fazem parte do calendário de eventos e de turismo das cidades. Tais festividades não possuem papel meramente festivo, mas carregam consigo caráter tradicional e histórico, que passam por religião e ancestralidade, sendo manifestações importantes para manutenção da unidade e coesão dessas comunidades pela celebração de sua etnicidade.

Premissas metodológicas da pesquisa

Do ponto de vista metodológico, este trabalho foi inspirado nos conhecimentos e no pensamento de Fals Borda (1999), que propõe uma abordagem denominada “Investigación Acción Participativa (IAP)” que, para além de um conjunto de procedimentos de pesquisa, parte de uma concepção epistemológica a partir da qual a produção de conhecimento deve assumir um compromisso ético-político de libertação dos sujeitos e, por conseguinte, de valorização dos saberes, sentimentos e modos de vida dos grupos com os quais se interage no curso do fazer científico.

Fals Borda trata de metodologias participativas, de ação popular e de ciência do povo desde uma perspectiva crítica à globalização, à destruição dos territórios, das culturas e das ecologias. Crítico a uma postura acadêmica que se pretende neutra e contribui para processos genocidas, propõe um cuidado com a relação investigativa que pode se tornar mercantil ou coisificada (Fals Borda, 2000). Para tanto, levanta a importância de se elaborar *em conjunto com* as comunidades as perguntas e o planejamento do estudo (CAMARGO et al., 2021, p. 5 – grifo nosso).

Cichoski e Alves (2019) apontam que o desenvolvimento da Investigación Acción Participativa (IAP) enquanto arcabouço metodológico requer um conjunto de compromissos por parte do/a pesquisador/a, dentre os quais estão: (a) a devolução dos resultados e produtos da pesquisa para própria comunidade com a qual se interage no fazer científico; (b) a adoção de estratégias de comunicação diferenciadas, simples e respeitosa, que façam com que o pesquisador saia da “torre de marfim da universidade” que não raro o separa da sociedade, de maneira geral, e das comunidades, em particular; (c) o estabelecimento de estratégias metodológicas que resultam em um diálogo com a comunidade e não meramente sobre ela e; (d) a consciência de que a produção de conhecimento libertadora e emancipatória resulta de um esforço coletivo e, portanto, comunitário.

Para além dos compromissos acima apontados, os/as pesquisadores/as que efetivamente dão cabo da IAP enquanto premissa metodológica também devem considerar (CAMARGO et al., 2021; FALS BORDA, 2016):

- *A relação sujeito-objeto:* a efetiva condução da IAP requer que o/a pesquisador/a se desvincule do olhar colonialista, que trata o campo da pesquisa enquanto mero receptáculo de práticas de observação e experimentação. Nesse sentido, entende-se que a prática de pesquisa eminentemente libertadora é aquela que se dá na relação respeitosa, ou seja: na constante interação entre pesquisador/a e as comunidades/sujeitos, em uma postura calcada na alteridade, em que as experiências e trajetórias do/a pesquisador/a também podem constituir “produtos” da pesquisa.
- *A consciência individual e coletiva:* muito embora as práticas de pesquisa não raro se desdobrem a partir de interações/relações com sujeitos específicos de uma certa comunidade, ainda assim é importante ter como horizonte que os fenômenos que normalmente saltarão aos olhos ao longo da investigação são estruturalmente determinados, ou seja: ainda que a interação se dê com sujeitos específicos, é a realidade da comunidade e dos aspectos a ela estruturalmente inerentes que serão mais diretamente compreendidos ao longo da pesquisa.

- *A urgência da valorização dos saberes tradicionais e populares:* é crucial compreender que os saberes tradicionais e populares são, sim, potentes e essenciais para a produção de conhecimentos socialmente relevantes. Nesse sentido, os saberes e modos de vida das ruas, esquinas, terreiros, quilombos, cortiços, aldeias e demais comunidades e sujeitos normalmente invisibilizados – inclusive pela própria universidade – são potentes e relevantes para a produção e difusão de conhecimento emancipador e socialmente relevante.
- *Ênfase na ação:* o fazer científico deve ser ação, no sentido de que carece uma imersão do/a pesquisador/a no contexto da comunidade, nos seus costumes, ritos, modos de vida e características tradicionais. Essa ação, vale dizer, carece de um compromisso ético-político do/a pesquisador/a com a necessidade de contribuir com os processos de emancipação e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Velásquez, Mendoza e Hidalgo (2021) ressaltam que o método da IAP é pertinente e promissor para a compreensão das dinâmicas de comunidades e grupos específicos, que historicamente sempre estiveram silenciados e completamente alijados do fazer científico das universidades e institutos de pesquisa. Nesse sentido, ainda segundo os autores, a IAP almeja dar voz a esses sujeitos, em uma prática de pesquisa eminentemente feita com eles e a partir da realidade dessas comunidades.

É importante sublinhar que nos aproximamos, na construção da pesquisa e na própria redação deste artigo, das premissas metodológicas da IAP sumarizadas nos parágrafos anteriores. Nesse ínterim, estabelecemos contatos com as comunidades de colonos japoneses de Álvares Machado e Terenos, tendo como premissa a plena alteridade e, portanto, o respeito irrestrito aos modos de vida e às especificidades culturais e étnicas desses grupos.

Esses contatos se desenrolaram de diversas maneiras: ora presenciais, ora a partir de narrativas e experiências de pessoas também descendentes de japoneses e que já partilharam da história e do cotidiano das colônias japonesas de Álvares Machado e Terenos. Além disso, vale frisar que o primeiro autor deste artigo, que também é descendente de japoneses, possui um conjunto de conexões – inclusive afetivas e familiares – com ambos os territórios, de modo que essas relações possibilitaram um conjunto muito rico e profícuo de informações para as reflexões propostas neste artigo.

Portanto, em função da riqueza das experiências e memórias partilhadas especificamente com o primeiro autor deste artigo, adotamos o expediente de, na próxima seção do manuscrito,

trazermos à baila um conjunto de relatos escritos em primeira pessoa, tendo como base a ótica desse pesquisador.

As etnicidades e o turismo nos territórios de Álvares Machado/SP e Terenos/MS

Todos os dias somos lembrados de onde viemos, como se isso determinasse os lugares aos quais pertencemos e os espaços que podemos ocupar. Esse sentimento de pertencimento se torna mais próximo quando nossas histórias, que começaram a ser escritas pelos nossos antepassados, estão a nossa disposição. Angustia-me o fato de pouco saber sobre o passado de meus avós maternos, de onde vieram seus pais, sob qual contexto suas famílias se estabeleceram no Pantanal do antigo Estado de Mato Grosso do final do século XIX, em um Brasil vivendo seus primeiros anos de República e de fim da escravização. Meu avô materno foi um homem negro retinto nascido no início do século XX que exerceu trabalho braçal ao longo de sua vida. Aqui, faço questão de registrar um parêntese: sou fruto de uma família marcadamente miscigenada em termos étnico-raciais, de modo que meu avô materno, conforme disse, é negro retinto, ao passo em que meu avô paterno é filho de japoneses, que emigraram para o Brasil no curso do século XX. Embora um resgate das histórias e memórias da minha família materna esteja nos meus planos futuros, tentarei, aqui, voltar as minhas atenções para as minhas raízes asiáticas.

Recordo-me que desde muito criança já sabia que era nipo-brasileiro. Ouvir expressões e/ou questionamentos do tipo: “você é japonês”, “você é japonês mesmo ou é mestiço?” ou ser chamado de “japa” acontece desde minhas primeiras lembranças. É comum que ‘brasileiros’ me perguntem se eu conheço seus amigos nipo-descendentes. Em uma cidade, tal como Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, com estimados doze mil *nikkeis*, parece absurdo, mas é muito comum que no mínimo eu conheça alguém com o mesmo sobrenome.

Sendo criado na área urbana de Campo Grande/MS, fora do seio da colônia japonesa da cidade, sempre foi muito evidente uma distinção que ocorria entre mim e ‘não descendentes de japoneses’ com quem convivia. Era óbvio que não estava nos padrões, primeiramente estéticos, do que era a norma. Por outro lado, quando estava com o grupo dos japoneses da cidade, me sentia acolhido, apesar de recorrentemente receber comentários sobre minha altura (tenho 1,90 metros), cabelo e traços ocidentalizados. Esses contatos se davam majoritariamente no Mercado Municipal, acompanhado do meu avô, uma pessoa muito conhecida entre os diversos comerciantes e clientes de origem japonesa.

Em Campo Grande o Mercado Municipal e a Feira Central foram espaços importantes para os japoneses, uma vez que eram locais em que estes sujeitos vendiam os itens que produziam em suas propriedades nos arredores da cidade, ou mesmo revendiam produtos e refeições. Meu avô possuía ligação com essas pessoas por ter se mudado para Campo Grande em razão de seu labor, que era o transporte de frutas, legumes e verduras, iniciando seu negócio em Álvares Machado junto de seu irmão mais velho. Na década de 1970 meu avô se muda para Campo Grande com minha avó – também filha de pais japoneses, e que infelizmente falece dois anos antes do meu nascimento -, enquanto seus irmãos permanecem em Álvares Machado.

Morei em Campo Grande até meus quatorze anos, por todo esse tempo eu, meus dois irmãos e meus pais moramos na casa do meu avô paterno. Talvez por falta de repertório ou por inocência, não tenha percebido quão relevante essa convivência constante foi definidora de comportamentos que reproduzo até hoje. Meu avô é filho de pais japoneses, nascido nos anos 1930, que apesar de nunca ter estado no Japão, fala português com sotaque até hoje, pois foi criado se comunicando apenas em japonês com seus pais. Meus bisavôs não falavam português. Contudo, hoje, conversa apenas em português com seus irmãos ainda vivos.

Com o afastamento geográfico da família, foram perdidos alguns aspectos tradicionais japoneses. Meu pai falou japonês durante toda sua infância, porém, não mais usa o idioma, nem em encontros familiares. Eu e meus irmãos nunca fomos incentivados a aprender, até irmos para o Japão sem falar uma só palavra na língua local. Sempre existiu em nossa família a vontade de conhecer a terra dos antepassados, mas nossa ida foi motivada, primariamente, por questões financeiras, tal como ocorreu com tantas outras famílias nipodescendentes.

Por outro lado, acabei naturalizando alguns aspectos que de tão rotineiros pareciam comuns para qualquer pessoa. Por exemplo, na gastronomia. Sempre havia comidas tradicionalmente japonesas em minha casa - como *tofu* (uma espécie de queijo de soja), *moyashi* (broto de feijão) e *mandju*, (bolinho recheado com doce de feijão) -, mesmo sendo minha mãe, que não é descendente de japoneses, a responsável pela alimentação da família. Havia, ainda, comportamentos mais sutis, como respeito aos mais velhos, disciplina e orientação sempre coletiva e familiar. Havia, também, um caráter de admiração e respeito a costumes e tradições japoneses, sem qualquer tipo de questionamento, ainda que não fizessem parte diretamente da minha vida.

Meu avô é um caso de *nikkei* criado na expectativa de voltar ao Japão, enquanto meu pai e seus irmãos fazem parte das primeiras gerações que cresceram tendo o Brasil como sua casa, sem

que isso resultasse em quebra das fronteiras que os separavam dos brasileiros. Mesmo tendo saído há 50 anos de Álvares Machado, minha família não perdeu os vínculos com a cidade e a comunidade, tendo participado ativamente na construção da comunidade e de suas tradições.

Ainda que possua familiares ligados à comunidade *nikkei* e a atividades da Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira em Álvares Machado, sei que, junto a meu avô, grande parte dos primeiros colonos e seus filhos deixaram a área rural da cidade, se mudando para o núcleo urbano do município ou ainda se deslocando para outras regiões do país. Alguns acabaram indo para o Japão como parte do movimento *dekassegui*⁶ a partir do final da década de 1980 e acabaram lá fazendo a vida. Porém, a colônia permanece forte, com atividades esportivas como *gateball*, *baseball*, atividades culturais para seus membros capitaneados pelos grupos de mulheres, de jovens e de idosos. A comunidade nipo-brasileira também promove eventos como *Undokai*, *Shokonsai* e *Nipon Fest*.

Undokai tradicionalmente é uma gincana esportiva anual de comemoração de aniversário do imperador japonês, que serviu como meio de integração dos nipônicos desde sua chegada ao Brasil. O *Undokai* é celebrado pelas comunidades *nikkeis* em todo o país. Ocorrem provas de corrida em equipe, corrida individual, cabo de guerra, entre outras, em que o foco não está na vitória e na competitividade, mas sim na socialização. São integradas todas as gerações nas diversas provas e os prêmios costumam ser alimentos ou itens de papelaria. Não se privilegiam os vencedores uma vez que todos os participantes ganham prêmios. Além das provas há barracas servindo gastronomia japonesa como *oniguiris*, *tempuras* e outros pratos típicos. Tudo que envolve a realização da festa remete à ancestralidade e tradição japonesa a ser lembrada e celebrada em um processo cíclico de reprodução da japonicidade (SATO, 2011).

A colônia japonesa de Álvares Machado se destaca de outras semelhantes Brasil afora por possuir a peculiaridade de um cemitério étnico exclusivo e promover anualmente o *Shonkonsai* (Festival de Convite às Almas). Hoje, o cemitério japonês é patrimônio tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e está sob os cuidados da Associação Nipo-brasileira de Álvares Machado. O *Shokonsai* teve início em 1920 e é realizado anualmente na segunda semana do mês de julho em Álvares Machado como uma celebração aos mortos em função do estabelecimento do cemitério japonês na cidade. É um culto de

⁶ “Brasileiros de origem nipônica e suas famílias que emigram para o Japão em busca de trabalho” (BELTRÃO e SUGAHARA, 2006, p. 61-62).

celebração aos antepassados, com caráter festivo e aberto a todas as pessoas (HASEGAWA e MENEZES, 2016).

A comunidade japonesa se fez presente no município também pelo seu aspecto religioso, não apenas com o *Shokonsai*. Há dois templos budistas na cidade e um museu dedicado ao Monsenhor Nakamura, um padre japonês enviado ao Brasil em 1923, assumindo importante papel na colônia de Álvares Machado, que se encontra em processo de beatificação (ROSATTI, 2015; SILVA, 2010).

Já a *Nippon Fest* é uma festa realizada desde o ano 2000 como evento de divulgação e promoção da cultura japonesa na cidade, com apresentações musicais de música japonesa e gastronomia típica. Os eventos são, também, forma de arrecadação de verbas para a manutenção das atividades da associação.

Ainda não tive a oportunidade de participar de maneira mais ativa do cotidiano da colônia de Álvares Machado, apenas de festas com familiares e amigos. Ainda assim, é sensível a presença de tradições em determinadas práticas e comportamentos, como na alimentação. O churrasco, que é um prato muito comum no Brasil, é acompanhado de *onigiri*, omelete, *fukujinzuke*, e às vezes de *temaki*. Os mais velhos são celebrados, são servidos pelos jovens e a eles são destinados os pratos e cortes mais nobres.

Meu avô também teve contato com a colônia de Terenos, uma vez que possuía ligações pessoais e comerciais com seus membros. Há histórias de que ele fez o transporte da mudança de Hiro Onoda, figura histórica japonesa por ter se negado a se render após o fim da II Guerra Mundial, permanecendo acampado nas Filipinas até 1974. Após dar baixa no exército japonês, Onoda se muda para Terenos, no Mato Grosso do Sul, onde se dedicou a atividades rurais.

Geograficamente a colônia JAMIC é a mais próxima da cidade em que resido, além de eu pessoalmente ter contato constante com diversas pessoas que lá cresceram. O sucesso econômico da cooperativa de avicultura de postura criada na colônia não impediu que seus membros enviassem seus filhos para estudar em Campo Grande, em busca de melhores condições de vida. Ainda assim, uma pequena parte deles retornou para ajudar a família nos negócios e até apresentar inovações. A colônia foi formada por famílias majoritariamente da mesma região do Japão: Yamaguchi. Essas famílias mantêm suas tradições, por meio da gastronomia, e de eventos como *Undokai*, celebração do aniversário da imigração, e a Festa do Ovo. Sua primeira edição ocorreu em 2008, comemorando o centenário da imigração japonesa ao Brasil.

Estive na Festa do Ovo de 2022, o evento tem programações ao longo do dia. Ao longo da tarde iniciam-se as gincanas esportivas, inspiradas no *Undokai*. Há participação massiva das crianças da cidade, em sua maioria não pertencentes à comunidade japonesa. São distribuídos prêmios como cartelas de ovos de galinha e codorna, produzidos pelos *nikkeis*. Durante a noite ocorrem *shows* musicais na praça de eventos da cidade, com entrada gratuita e presença de barracas de comidas como *sobá*, *sushi*, *karintou*, *hot-dog* e espetinho. Os *shows* foram de música sertaneja, a mais popular na região, e apenas as barracas de comidas japonesas eram lideradas pelos membros da colônia.

É uma festa popular, contudo, não tem o apelo tradicional como o *Matsuri* (festivais tradicionais com dança e comida) ou o *Undokai*. É organizada pela prefeitura municipal de Terenos com apoio da CAMVA e apresenta características que resgatam costumes japoneses. Especialmente com a comida, as atividades esportivas e a grande presença de membros da colônia, de pessoas que saíram de lá para viver em outras cidades e membros das comunidades nipo-brasileiras de toda região. A Associação Nipo-brasileira e a Associação *Okinawa* de Campo Grande costumam participar do evento.

A própria CAMVA, hoje, é constituída unicamente por famílias japonesas da antiga colônia JAMIC. Para seus membros essa é uma característica decisiva em sua organização. Os produtores rurais diversificaram sua produção para além da avicultura de postura, por exemplo, com a produção de frutas e pequenas hortas. No seio da cooperativa há uma estrutura com escola e a sede da associação dos imigrantes, colocando em seu núcleo critérios que os fazem se auto identificarem como japoneses.

É relevante constatar que o contato com esses grupos é facilitado quando me apresento com meu sobrenome japonês, automaticamente tentam fazer uma conexão de meu nome com algum conhecido. Não posso afirmar que eu não teria acesso a essas pessoas se não fosse *nikkei*, mas sei que isso me abre muitas portas, inclusive me permite compreender parte das convenções que são esperadas de alguém de ascendência japonesa.

Em contatos prévios com descendentes e moradores das colônias ficou claro o interesse em possíveis formas de geração de renda alternativas ao que já se encontra em execução. Em Terenos ocorreram alguns passeios de ciclismo pela colônia e outras ações pontuais visando o turismo, contudo, sem que fosse dado destaque à sua herança étnica. Em Álvares Machado a colônia está fortemente vinculada à dinâmica urbana da cidade e tem em seus eventos, na área urbana, o foco

para geração de renda para a associação. Contudo, o próprio cemitério japonês está na área rural, assim como diversas famílias que ainda possuem sítios na região e lutam para preservar suas tradições.

Por estarem tão próximos e familiarizados com seu contexto étnico, esses grupos por vezes ignoram ou não identificam sua etnicidade como potencialidade (para o turismo, inclusive), apesar de compreenderem que sua gastronomia e suas festas atraem a atenção de toda a população da região. O esforço de preservação e promoção de características étnicas parece fragmentado. Por um lado, percebe-se que são iniciativas voltadas ‘para os seus’, para dentro do grupo, com eventos destinados à comunidade *nikkei*, especialmente com calendários de eventos fundamentalmente centrados nos membros das associações nipo-brasileiras, com almoços e atividades esportivas. Por outro lado, há eventos voltados para o público externo, como a *Nippon Fest*, em Álvares Machado, ou a Festa do Ovo, em Terenos. Há uma abordagem diferente em como realizar e o que expor nos eventos, caso eles sejam voltados para o público ‘interno’ ou à sociedade em geral.

A ascendência japonesa costuma ser motivo de orgulho e ser expressa publicamente pelos *nikkeis*. Tal fato fica evidente, por exemplo, na utilização dos sobrenomes nos casos de descendentes de japoneses miscigenados, tais como eu. Ademais, a ascendência japonesa se destaca também em outros campos potentes e geradores de renda às comunidades, tal como é a realidade da gastronomia nipônica. O turismo calcado nas etnicidades nipônicas, como meio de preservação e valorização da dimensão cultural das comunidades, permite que as pessoas contem suas histórias, memórias e detalhes da constituição de seus territórios. Desta forma, essa atividade turística se mostra como uma oportunidade, para os grupos, de promoção de sua cultura. Ademais, os visitantes também se beneficiam na medida em que estão em contato e experimentam novos saberes, sabores, conhecimentos e experiências advindos de grupos étnicos específicos, a exemplo das comunidades de colonos japoneses nos territórios considerados neste estudo.

Em Terenos, devido à sua imigração mais recente, há diversas pessoas que são japonesas, nascidas no Japão e que viveram seus primeiros anos de vida no oriente. Diferentemente do que ocorre em Álvares Machado, onde a colônia foi o meio de manutenção e fortalecimento dos atributos nipônicos. Ainda hoje, ao adentrar nestas comunidades, ou mesmo em seus eventos, ainda há uma sensação de se estar fazendo parte de um novo ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As colônias japonesas se instalam e se estabelecem com características que passam fundamentalmente pela educação dos filhos para prepará-los para a vida no Japão, não no Brasil, expressando o profundo desejo dos imigrantes em retornar o mais brevemente possível para seu país. Além disso, evidencia-se o esforço em estabelecer um “Japão dentro do Brasil”, em uma comunidade que pudesse viver segundo os parâmetros e rotinas japoneses, deixando as tradições e características brasileiras o mais distante possível de seu núcleo.

O turismo a partir da dimensão da etnicidade japonesa, então, se constrói a partir da diferença que se estabelece na interação entre grupos. Os descendentes de japoneses destacam as características que consideram o que os diferencia e o que os une como grupo, fatos que estabeleçam a fronteira com os demais grupos, o que pode ocorrer através de eventos como o *Undokai*, do idioma e da gastronomia.

A colônia japonesa de Terenos possui atividade consolidada na produção de ovos de galinha, com a cooperativa formada em seu território sendo a maior produtora de ovos do Mato Grosso do Sul. Contudo, seus membros manifestam interesse no desenvolvimento da atividade turística considerando sua história de imigração e tradições mantidas até os dias de hoje como potenciais atrativos turísticos.

A colônia de Álvares Machado, por sua vez, com história centenária tem em suas tradições como *Undokai* (tradicional festa esportiva japonesa), *Shokonsai* (cerimônia em homenagem aos antepassados) e cemitério japonês, fortes traços de tradições de seus antepassados ainda muito presentes em seu dia-dia. Sendo assim, além do turismo rural, o turismo étnico é objeto da pesquisa ao passo em que as colônias rurais japonesas mantêm diversas características culturais herdadas de seus antepassados em sua rotina.

Há ainda muito trabalho de campo a ser realizado para melhor compreensão do que as coletividades de fato pensam a respeito das formas mais adequadas para manutenção e promoção de suas características étnicas, aplicando-as a uma proposta turística que permita valorização, também, de sua dimensão rural.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil. Além disso, o trabalho contou também com o apoio do Centro Federal de

Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet-RJ/MEC – Brasil. Todos os dados e análises presentes no artigo são de inteira responsabilidade dos autores.

REFERÊNCIAS

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BASTOS, S. R. Resignificação de expressões culturais de etnicidade para a constituição de um destino de lazer e turismo na cidade de São Paulo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 2, p. 98-109, 2020.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: dekasseguis brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, p. 61-85, 2006.

BRINGEL, B.; MALDONADO, E. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 13, p. 389-413, 2016.

CAMARGO, D. R. et al. Psicossociologia com comunidades: abordagens sentipensantes como emergência na América Latina. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1-17, 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac e Naify, 2009.

CARVALHO, M. S. O impacto social do turismo rural no papel das mulheres campesinas. **Dissertação (Mestrado Profissional)** – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Brasília, 2013.

CICHOSKI, P.; ALVES, A. F. A pesquisa-ação na obra de Orlando Fals Borda: contribuições para repensar o desenvolvimento rural. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 14, n. 34, p. 61-85, 2019.

CORIOLOANO, L. N. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *In*: LEMOS, A. I.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

FALS BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis Político**, v. 38, p. 73–90, 1999.

FALS BORDA, O. Reflexões sobre a aplicação do método de Estudo-Ação na Colômbia. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 13, p. 771-788, 2016.

FALS-BORDA, O. Cómo investigar la realidad para transformarla. *In*: MONCAYO, Victor Manuel (Org.). **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre y Clacso, 2009.

FLANIGAN, S.; BLACKSTOCK, K.; HUNTER, C. Agritourism from the perspective of providers and visitors: a typology-based study. **Tourism Management**, n. 40, p. 394-405, 2014.

GOMES, A. C. Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. *In*: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. (Org.). **Brasil: 500 anos de Povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, pp. 159-177.

GREGORY V. Imigração alemã: formação de uma comunidade teuto-brasileira. *In*: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. (Org.). **Brasil: 500 anos de Povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, pp. 141-157.

GRUNEWALD, R. A. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, p. 141-160, 2003.

HALL, S. Etnicidade: identidade e diferença. **Revista Crítica Cultural**, v. 11, n. 2, p. 317-327, 2016.

HASEGAWA, A. Y.; MENEZES, M. A. O Shokonsai como projeto identitário. *In*: XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, Paraná. **Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. São Paulo: Editora Edgard Blücher. v. 2. p. 1732-1739, 2016.

HERRERA, M. R. G.; HERNÁNDEZ, J. A. Á.; HERRERA, L. D. A. Desafíos para el turismo sustentable de base local en Barrancas del Cobre, Chihuahua, México. **El Periplo Sustentable**, n. 36, p. 325-371, 2019.

INOUE, S. Los inmigrantes japoneses en Brasil durante la Segunda Guerra Mundial y la Postguerra. **Dissertação (Mestrado)** – Universidad de Salamanca, Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea - Salamanca, 2013.

INOUE, S. Los imigrantes japoneses en Brasil durante la Segunda Guerra Mundial. **Documentos Transculturais**, v. 16, p. 17-36, 2015.

JAMSHIDI, O. et al. On the effects of tourism development on rural areas (a case study of giayn District, nahvand county). **International Journal of Agricultural Management and Development (IJAMAD)**, v. 8, n. 2, p. 287–297, 2017.

KODAMA, K. O sol nascente do Brasil: um balanço da imigração japonesa. *In*: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. (Org.). **Brasil: 500 anos de Povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, pp. 197-214.

KUROKAWA, C. M; LIMA, F. S.; ALVES, R. B. Proposta para a implantação do turismo rural na Colônia Jamic. **Revista Multitemas**, n. 29, p. 18-23, 2002.

LAPIERRE, J. Prefácio. *In*: POTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, pp. 4-18.

LIMA, B. L. Estrada geral do sertão: Potenciais turísticos de um caminho quase esquecido. **Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)** —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LIMA, I. B. de. Reflexões sobre a contemporaneidade cultural do Japão e seu legado histórico: clusters etnoculturais, aculturação e japonicidade. *In*: SAITO, N. I. C. et al. (Orgs). **Japonicidades: Estudos sobre Sociedade e Cultura Japonesa no Brasil Central**. Curitiba: Editora CRV, 2012, p. 39-87.

LIMA, O. P. et al. As identidades da Galeria do Maletta no decorrer da sua história: um espaço de negócios, de luxo, de resistência política e de boemia. **Revista Gestão & Conexões**, v. 10, n. 1, p. 121-143 2021.

MANFIO, V. Quarta Colônia - RS: os diálogos entre cultura, gastronomia e turismo. **Revista Ágora**, v. 23, n. 1, p. 85-98, 2021.

MERANER, M.; PÖLLING, B.; FINGER, R. Diversification in peri-urban agriculture: a case study in the Ruhr metropolitan region. **Journal of Land use Science**, v. 13, n. 3, p. 284–300, 2018.

MIRALHA, W.; HESPANHOL, R. A. M. A agricultura familiar no Município de Álvares Machado - SP. **Revista Geografia em Atos**, v. 1, p. 39-60, 2002.

OLIVEIRA, A. C.; YURA, D. Ser ou não ser japonês? Um processo identitário em construção. **Revista Afro-Ásia**, n. 59, p. 9-42, 2019.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos imigrantes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 72 p., 2001.

PAKMAN, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. *In: XI Seminário 2014 ANPTUR*, Fortaleza. Anais, 2014.

PALMEIRA, F. S. Reflexões sobre identidade étnica nos discursos da literatura afro-brasileira. **Revista Contraponto**, v. 4, p. 34-54, 2015.

RODRIGUES, D. Identidade e etnicidade: aspectos teóricos e conceituais. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.4, p. 192-201, 2021

ROSATTI, F. L. Requalificação de um bem histórico: o cemitério japonês de Álvares Machado – SP. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo)** – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2015.

SALES, C. M. C. F.; RODRIGUES, R. N. Espaço rural brasileiro: diversificação e peculiaridades. **Revista Espinhaço**, v. 8, n.1, p. 54-65, 2019.

SANCHES, R. S. R. A agricultura familiar no município de Terenos-MS: perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento local. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local)** – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

SANCHES, R. S. R.; MARQUES, H. R. O multiculturalismo na agricultura familiar de Terenos, MS. **Revista Multítemas**, n. 43, p. 67-86, 2013.

SASAKI, E. M. Nihonjinron - teorias da japonicidade. **Estudos Japoneses**, n. 31, p. 11-25, 2011.

SATO, A. J. Undokai: A construção da identidade étnico-cultural em torno da niponicidade. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

SILVA, F. C. A questão cultural no município de Álvares Machado: a importância de políticas públicas no processo de preservação urbano-ambiental. 120 f. **Trabalho de Conclusão**

(Bacharelado - Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Presidente Prudente, 2010.

STRECK, D. Pesquisa (ação) participante e convergências disciplinares Reflexões a partir do estudo do orçamento participativo no sul do Brasil. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 13, p. 477-495, 2014.

TAKENAKA, E. M. M. Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado-SP. **Dissertação (Mestrado)** – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Presidente Prudente, 2003.

VELÁSQUEZ, L. A.; MENDOZA, S. Y. A; HIDALGO, V. V. B. Investigación-acción-participativa: alternativa metodológica para el estudio de las comunidades. La visión de Orlando Fals Borda. **Revista Scientific**, v. 6, n. 21, p. 314-335, 2021.

VILLAR, D. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Frederik Barth. **Revista Mana**, v. 10, n. 1, p. 165-192, 2004.

WERLANG, R.; MENDES, J. M. R. Pluriatividade no meio rural: a flexibilização e a precarização do trabalho na agricultura familiar. **Revista Em Pauta**, v. 38, p. 141-163, 2017.

YANAGIWARA, P. S. Processos de construção de diferenças entre tatuadores descendentes de japoneses no Brasil. **Dissertação – Mestrado em Antropologia Social**, Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, 2018.